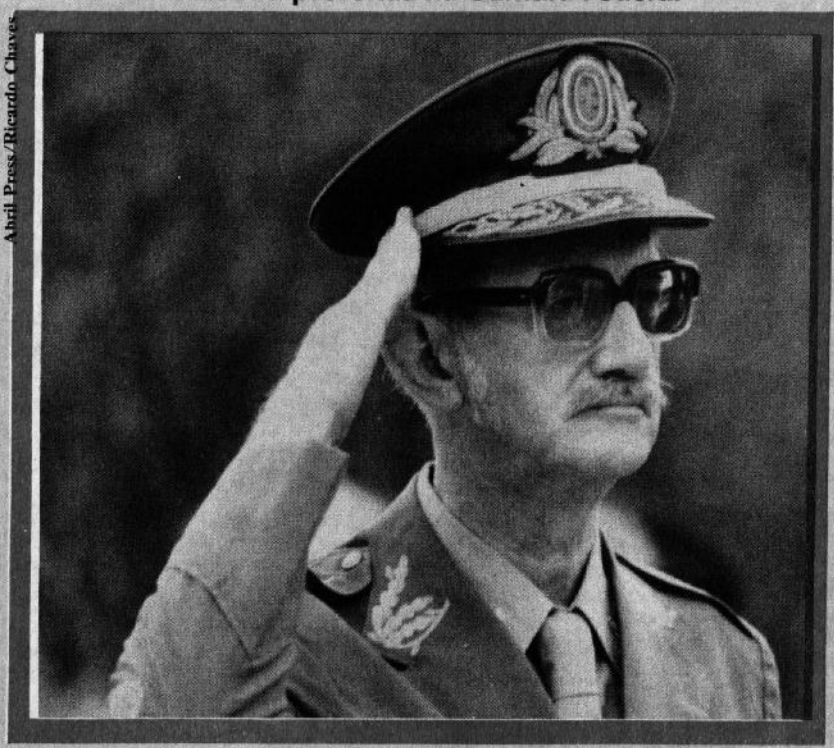
Brasil Hoje, ano I, nº 3, fevereiro/1982, pp. 29-41
8.GNC.AAA.82023237a.001, p. 29

O PENSAMENTO DO GENERAL

Palestra proferida na Câmara Federal



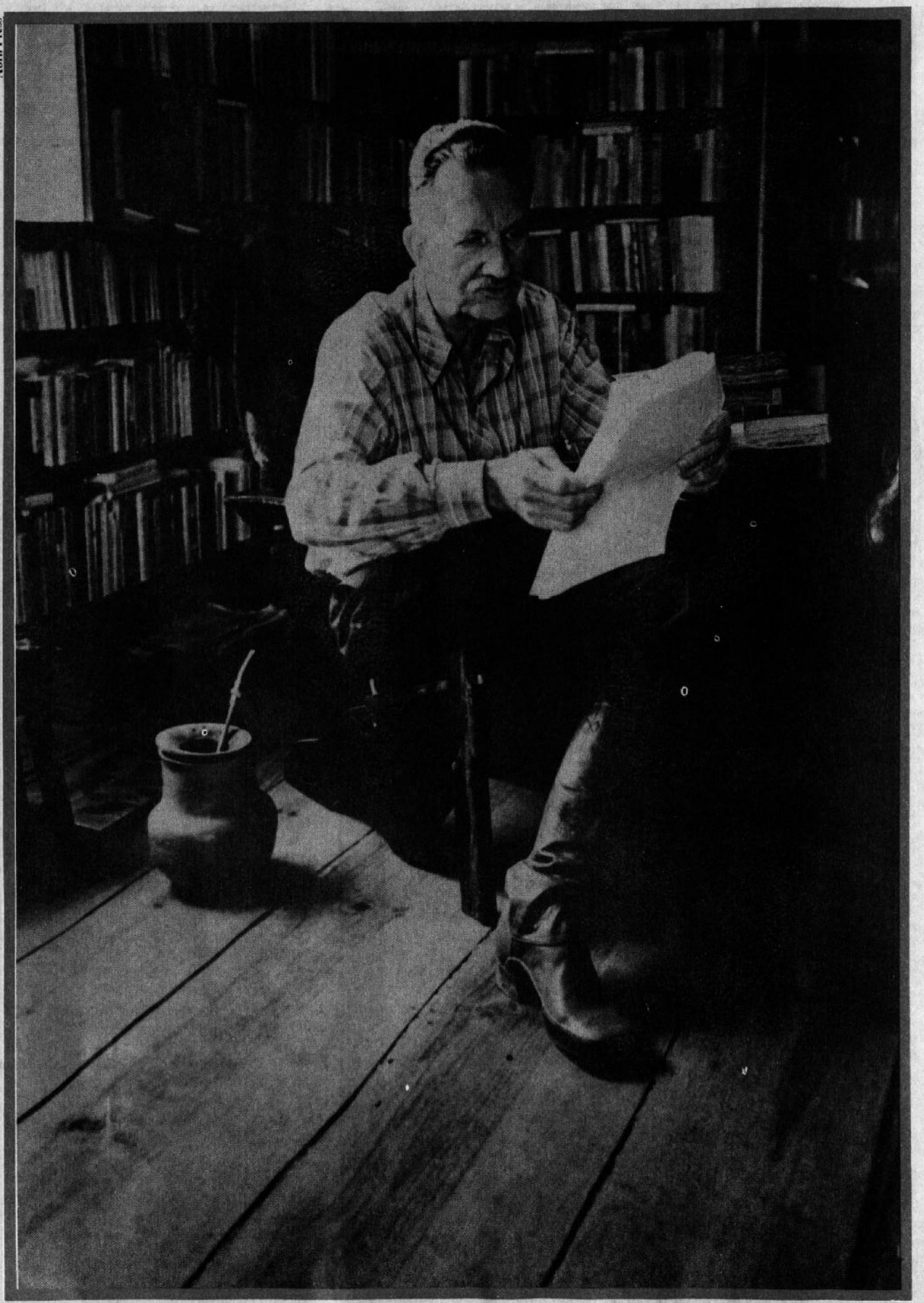
Abril Press/Ricardo Chaves

SERPA

SÉRIE · DOCUMENTO · 1

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.8202323 2m001,p.30

Abril Press



BR DFANBSB V8.GNC.AAA.8202323?a001, p. 31

"Sejam as minhas primeiras palavras de agradecimento à coragem desta Comissão, convidando-me mais uma vez, a 15ª vez nos últimos três anos, a voltarmos à nossa campanha "Em Defesa da Nação Ameaçada".

Percorri este país em todas as direções, a pé, a cavalo, de automóvel, de barco, de avião. Julgo conhecer os seus problemas e durante 48 anos tive fortificada a fé e a minha confiança no homem brasileiro. Cito o exemplo de Bernardo de Goiás, que sem nenhum planejamento especial, sem raciocinar na quantidade de dólares necessária para instalar uma família, criou esta zona de riquezas nas matas do Rio São Patrício, hoje representada pelas cidades de Ceres e Rialma. Visitei lá as suas instalações e justamente quando depois da vitória do doutor Getúlio encontraram-se os representantes do PTB com os diretores da obra de Bernardo Sayão. Percorrendo 10 escolas rústicas, de carandá e palha de carandá, vimos em todas elas em mastro altaneiro a bandeira desfraldada. Deixamos naquela colônia um hino de louvor e glória àquele homem que compreendeu o Brasil, que viu que o brasileiro é criador de riquezas, bastando lhe dar terra e a estrada necessária, uma estrada de 142 quilômetros, ligando Anápolis à mata.

Cito, num outro plano, aqueles homens que recrutados por uma convocação desmoralizada, em que só foram à guerra aqueles que, por dever cívico, entenderam dever ir. Ou então aqueles desprotegidos de todos,que não tiveram ninguém a quem apelar para deixar de ir.Doutrinados todos por seis anos de ditadura estadonovista, atravessaram o Atlântico, bateram-se com os mais aguerridos soldados do mundo. Esses homens foram para lá, primeiro defender a integridade e a soberania do Brasil. E é o que estamos fazendo aqui e agora. Em segundo lugar, defender a liberdade e a democracia no mundo.

"A dependência ao capital externo é que nos levou à crise"

O que é necessário dizer aos senhores, ao contrário do que se ouve todos os dias, que o Brasil é um país pobre, é que o Brasil é um país riquíssimo. Só tem similar no mundo nos Estados Unidos, na União Soviética e na China. O Brasil não tem contradições internas, e constrói uma raça cósmica, capaz de negociar e conversar com todas as raças de todos os continentes. Deste Brasil se diz que não há outra alternativa senão essa política suicida, que o condena à espoliação em benefício dos países ricos. Se fossemos um pequeno país, como a Suécia, a Holanda, a Bélgica, a Suíça, tão bem organizados, mas tão dependentes, evidentemente, não nos restaria outra alternativa. Quando a recessão e a fome chegam ao coração econômico do país, ao Rio, São Paulo, Belo Horizonte, é sinal que todo o país está paralisado. É sinal que o país está transformado numa mesa de jogo em que não se faz nenhum investimento produtivo. É sinal que o desemprego vai ser cada dia maior.

Dependência externa. E porque tudo isso, senhores? É uma conseqüência da internacionalização da economia brasileira, sem que oportunamente tivessemos tomado as providências corretivas. O modelo é desenvolvimentista, implantado na década de 50 pelo presidente Juscelino e continuado na fase da revolução de 64.

Ora, transformada a situação do mundo na década de 70, mesmo antes da crise do petróleo em que a economia capitalista entrou em crise, evidentemente ter-se-ia que adaptar esse modelo às novas condições. É lamentável que quando entre 73 e 76 a conta do petróleo foi multiplicada por cinco, passando de 700 milhões de dólares a três bilhões e meio, e a dívida externa multiplicada por três, passando de seis bilhões a 18. É evidente que havia algum índice de progressão geométrica escondido nisso. Essa dependência à economia externa; esse apelo permanente ao capital estrangeiro, é que nos levou à situação de crise em que nós nos encontramos.

Mas, o que é importante aqui, falando aos representantes do povo que pela sua palavra podem levar e mostrar alternativas válidas para o povo brasileiro. Sobretudo nessa cidade tão grandiosa, mas também tão alienada em relação aos problemas do país, levar ao povo brasileiro essa mensagem de fé e confiança no Brasil, que lhes mostrará, através de uma mobilização da vontade nacional em torno de um pacto social mais justo, que não carecem ao nosso país as alternativas para a saída dessa crise.

Situação internacional. É necessário, pois, que entenda a situação internacional como explicação de nossa crise interna. Antes da I Guerra, e no intervalo das duas guerras, a quantidade de dinheiro era regulada pelo lastro ouro. Em 45, um grande economista, e maior ainda nacionalista, inglês... — é preciso não ter medo de falar de nacionalismo, é preciso compreender com clareza que nacionalismo coexiste com qualquer ideologia, com o fascismo, o nazismo, o comunismo e com a democracia, e que todas as nações do mundo são nacionalistas — então, um grande nacionalista inglês, construiu o acordo de Breton Woods, o que seria: botar um pouco de ordem na economia mundial, criando um Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional e estabelecendo a relação do lastro ouro com a liquidez internacional. Mas a moeda reguladora não foi estabelecida e ficou o dólar como moeda reserva.

Passaram-se os anos e a balança comercial americana passou a apresentar um grande déficit. Os americanos fizeram como o Brasil sempre fez: emitiu dinheiro e espalhou pelo mundo o dólar. E esses dólares — que representam a reedificação da Europa, favorecida com o extraordinário plano, sete bilhões de dólares cedidos à Inglaterra, cinco à Alemanha, quatro à Itália e cinco ou seis à França — da inflação americana transformaram a indústria americana no segundo peso industrial em cada desses países da Europa. E a situação foi evoluindo, com o comércio mundial em expansão dobrando de cinco em cinco anos, até que, com a deterioração da economia ocidental, no ano de 71, unilateralmente o presidente Nixon largou o acordo de Breton Woods.

Dois anos depois, uma nova expansão de dólares ocorre no mundo, no início dos eurodólares — mecanismo inventado pelos europeus para se defender, em vez de fortificar as próprias moedas, o que impediria a sua exportação. Mas, a partir de 73, os árabes integrantes do Terceiro Mundo, secularmente espoliados pelas nações coloniais, educando-se nas universidades americanas — não como a maioria dos nossos economistas para seguir receitas colonialistas que metem nas cabeças dos economistas das nações subdesenvolvidas — mas os árabes, assim como os japoneses educados nas grandes universidades americanas, aprenderam as receitas para defender as economias de seus países do neocolonialismo.

Neo-colonialismo tão cômodo e tão econômico, porque nem as despesas com as tropas de ocupação precisam ser feitas.

E os árabes, também tão desunidos, conseguiram, na guerra de 73, estabelecer o bloqueio e impor às nações ricas o novo preço do petróleo. O que me espanta, não sendo nenhum especialista no setor, é sentir que os economistas não percebem as condições novas da economia mundial. Até então falava-se em 40,50 milhões de dólares.Estávamos no chamado "dois dígitos", na sua linguagem mais esotérica e hoje passamos aos três. Anualmente amontoam os árabes mais de centena de bilhões de dólares. E como não lhes foi permitido participar do Fundo Monetário Internacional, através das cotas, para se defenderem, compreenderam que o petróleo é uma riqueza cada vez mais rara e, pois, cada vez mais cara, em extinção nos próximos 30 ou 40 anos. Viram que o tempo caminha contra eles e passaram a só admitir a reciclagem dos chamados "petrodólares" pelos grandes banqueiros do mundo ocidental e do Japão. Dizem que, defendendo o Terceiro Mundo, teriam proposto ao Fundo: aumento de cotas e a cláusula de transferência franca e leal de tecnolo-

BR DFANBSB V8.GNÇ.AAA. 8202323+2m001, p. 32

gia para o Terceiro Mundo. Diante da resposta negativa, contentaram-se em enriquecer como aliados dos bancos internacionais.

Erros que levaram à crise. Qual foi o nosso erro? Ao invés de conscientizar o povo para a gravidade da crise, obrigar os grandes beneficiários do modelo desenvolvimentista — ou seja, o setor financeiro, as multinacionais e os brasileiros que já estão integrados nas mesmas multinacionais — a participarem com cota maior no sacrifício e também. Ao invés de conscientizar a classe média, a que a maioria de nós pertencermos, para uma participação maior nesse sacrifício. Ao invés de selecionar prioridades e tomar as decisões políticas conseqüentes destas prioridades. Ao invés de continuar recebendo e fazendo apelo aos capitais externos. Ao invés de emitir títulos transformando o país numa grande mesa de tabelagem e perder também o gosto por tudo que é monumental e faraônico. Nada disso foi feito. E continuamos a concentrar toda a nossa economia em torno do petróleo.

Providências simples que ainda Diretor Geral do Pessoal do Exército em pronunciamento público reclamei: racionamentos, mudar a tônica das montadoras de automóvel para o transporte coletivo, beneficiando a massa da população brasileira; não empregar todo álcool na indústria automobilística como se fosse a única saída para o Brasil — e o alto ônus que estamos pagando na continuação desse erro — usar sobretudo o álcool na frota de transporte, médio, pesado e ônibus, em mistura com óleo diesel. Nada disso foi feito e toda a economia continuou atrelada ao petróleo externo.

Ao invés de marcar como objetivo menos 30% de importação de petróleo, descentralizando as decisões econômico-financeiras em benefício de um programa da biomassa, do carvão e do xisto, desconcentrando geograficamente a agricultura, desinchando as grandes cidades onde os problemas sociais pela fome aumentam a criminalidade e somente a retomada da economia permitirá impedir isso. Nada disso foi feito.

"Participamos de uma ciranda infernal de obediência ao FMI"

Impôs-se ao país não um exame das causas reais da crise, que podem se definir em três palavras: dependência energética, dependência tecnológica e exportação a qualquer preço. Nada disso foi feito e passamos a regular a vida e as relações de um país continente como se ele fosse a pequena e nobre Bélgica. E passamos a participar duma ciranda infernal de obediência, como infelizmente o fizeram os nossos nobres vizinhos do cone sul, às recomendações e às ordens do Fundo Monetário Internacional, embora não se o dissesse expressamente. E por que não se diz? Porque o Fundo não tem dinheiro para fazer nada em relação ao Brasil. O Fundo continua nâqueles um e dois dígitos anteriores à crise dos petrodólares. O Fundo, para sobreviver, recebe, como os senhores lêem nos jornais, esmola da Arábia Saudita de sete bilhões de dólares...

Esse apêlo aos capitais externos, para fechar o balanço, corresponde, numa imagem caseira, ao poderoso devedor de um grande banco, que tem uma grande proteção política. Então, esperando as novas eleições, o dono do banco substitui de tempos em tempos os papagaios, diminuindo os prazos e aumentando os juros - é o que os senhores todo dia ou vem falar aí, **Spred, Libor**, que além dos juros, são taxas acrescentadas com sequência de uma relação publicada no **Economist**, de tempos em tempos, que dá o grau de credibilidade dos países. E o Brasil oscila sempre, ao lado do Zaire e da Gâmbia, entre 47 e 55. Grande mentira, porque de todos esses países no mundo, em que não há aplicação para os petrodólares, o Brasil é o único país viável e o Brasil é o único país para o qual esses petrodólares jamais faltarão, e nunca faltarão desde que aumente a permanente dependência do Brasil, através de nomes tão vulgares e tão confundidos pela comunicação social de imprensa e rádio: Projeto Jari, grande Carajás, pequeno Carajás, Alcan, Alcoa, Bauxita, etc. O que está se comprometendo é o futuro das próximas gerações, entregando o Brasil!

Receita do FMI. Qual é a receita do Fundo Monetário Internacional? Sempre a mesma, e absolutamente contraditória: combater a inflação e exportar cada vez mais. Ora, se nós tomamos dinheiro para financiar importadores estrangeiros, evidentemente estamos praticando uma política altamente inflacionária. E se nós exportamos abaixo dos preços de produção, essa política constitui-se numa grande transferência de capital, em prejuízo do Brasil e do seu mercado interno.

Entreguismo e espoliação. Então, para sentirem que há um índice de progressão geométrica no problema, vejam os senhores que no ano passado pagamos seis bilhões de dólares de juros e sete bilhões de amortização. E no ano corrente os juros poderão ser de oito ou nove bilhões e amortização de sete bilhões. E não haverá saída dentro desse modelo e é o único modelo que convém à Trilateral.

Contemporaneamente, compreendendo as novas condições do mundo, um grande banqueiro internacional, que de vez em quando viaja pelo nosso país, de fala mansa e bastão grosso, sempre muito bem recebido, reuniu homens ricos do mundo, os presidentes das grandes multinacionais e fez com eles uma associata célebre, que se chama a Trilateral, que condena os países pobres à sua eterna espoliação.

Então não há saída dentro desse modelo, que convém à Trilateral; às grandes multinacionais; às sete irmãs do petróleo; às seis irmãs do alumínio e, para que nem nossos grãos escapem, as seis irmãs que regulam o mercado de grãos no mundo. Através delas nós entregamos a nossa soja mediante preços articialmente criados. Porque a nossa soja não coincide com a safra americana e devia, pois, atingir um grande preço, mas tudo isso que as nações ricas chamam de "liberdade de comércio", só existe para eternizar a espoliação das nações pobres.

O que eu estou dizendo - não estou instando nada - existe permanentemente nos relatórios do Banco Central do Brasil. Então, há uma permanente deterioração de trocas.

Enquanto o produto manufaturado é vendido no Brasil cada vez mais caro e a matéria-prima - de que o mundo é ávido e sem a qual não pode funcionar, países como o Japão dependem da matéria-prima em 90%, França e Itália a mesma coisa, da ordem de 80%, a própria América exauriu as suas riquezas e depende hoje em 50% está sendo entregue ao capital multinacional.

É preciso que os senhores saibam: a riqueza mineral não é renovável! É tristíssimo ver uma companhia altamente internacionalizada, a Vale do Rio Doce, nem ao menos fazer uma ligeira autocrítica, que seria examinar o que aconteceu com o manganês do Amapá, entregue à preço vil à Bethelem Steel, naturalmente para constituir uma reserva estratégica num deserto daqueles, no Arizona, no Novo México.

Vejam o que aconteceu conosco, com os minérios, na década de 40, no estabelecimento, em vez de aproveitamento, do Vale do Rio Doce, que tinha vivificado a zona rica, tinha transformado o Vale do Rio Doce num novo Mississipi, num novo Reno, num novo Roda, num novo Rolda. Nada disso se fez. Fez-se apenas um corredor de exportação de minérios, entregue à preço vil ainda agora por contratos leoninos que oscilam entre 13 e 17 dólares: estrada de ferro, como diz o nosso presidente, em preço de cascalho e da brita das construções.

BR DFANBSB V8.GNÇ.AAA.82023237.m001,p.33

Tecnologia nacional preterida. A dependência externa não é somente insolúvel como saída para o Brasil. Ela impede a criação de qualquer tecnologia nacional. E o que é tecnologia? É o conhecimento; transformar em bens. E nós brasileiros temos aquilo que é mais raro: temos espírito inventivo, toda uma tradição brasileira, desde Augusto Severo, padre Lourenço de Gusmão, Santos Dumont e o extraordinário e tão pouco conhecido padre Lander deMoura, que antes de Bell criou o telefone e antes de outro criou a máquina de teclado. Então, nós temos uma tradição. Com todo o respeito pelos economistas, a política de uma país é um assunto muito alto para ser conduzido por economistas, como a guerra é um assunto muito alto para ser conduzido somente pelos generais. Além de termos essa tradição, nós mostramos uma capacidade de adaptação, de absorção, temos em todos os setores uma massa crítica, de gente capaz e competente, mas só há o domínio da tecnologia quando passa a haver a capacidade de inovação. São sempre três fases na tecnologia: invenção, inovação e difusão. Naturalmente,os economistas, com modelos matemáticos muito rígidos, diante de uma quantidade infinita de variáveis, querem enquadrar a tecnologia nesses modelos e alguns dizem que toda tecnologia surge como efeito de demanda.

O caso típico que mais desmoraliza essa asserção é a grande vitória da tecnologia eletrônica depois da II Guerra: os diodos, os transistores e depois os circuitos integrados, de pequena, média e grande integração, que constitui o domínio em todos os campos do futuro: astronáutico, instrumentação, astrofísica, comunicações, mísseis, satélites.

Importações criminosas. Como é que os empréstimos continuam sendo tomados, impedindo por todas as formas que se crie uma tecnologia nacional? São casos da mais alta gravidade! Vou apenas mostrar alguns deles, e quero dizer que não tenho ao meu dispor nenhum dado oficial, não estou dentro dos gabinetes do poder. A minha informação é exclusivamente a fornecida pelos amigos, na Fazenda da Borda do Campo, e através, naturalmente, do que vaza na imprensa.

Mas, realizada a viagem presidencial da Ferrovia do Aço, o que aconteceu? Tomo conhecimento que um rádio, que na época em que fui diretor de Comunicações do Exército, era fornecido para nós por duas empresas brasileiras, a Unital e a Motorola, em preços que em dois anos evoluiram de 12 mil até 25 mil cruzeiros, em 74 e 75, seria importado da Inglaterra, por 120 mil cruzeiros.

Ainda naquele tempo, visitando o CTA, em São José dos Campos, vi o trabalho que os nossos técnicos lá realizavam para se obter um radar astronômico e, decorridos esses seis ou sete anos, essa tecnologia estava francamente vitoriosa. O Centro fazendo os dois radares, o atmosférico, de 400km e o radar de vigilância, de 150km, indispensável para a defesa aérea. E com surpresa se viu que haveria uma importação de milhões de dólares de radares.

Ora, meus senhores, se fizeram uma importação dessa, é um ato criminoso que está sendo praticado contra o país! Matando toda uma tecnologia desenvolvida.

Agora, em novas viagens, enquanto os nossos estaleiros, multinacionais a maior parte deles, estão querendo construir navios, ouve-se dizer - a Sunamam todos os dias diz isso - que vão ser importados seis navios, porque é a maneira de haver novos empréstimos. Então, seja qual for o empréstimo, não somente torna inviável o balanço de pagamentos do Brasil, mas impede que se dê trabalho para os brasileiros, em todos os níveis. Entra a recessão nos grandes centros, quando o país todo já está parado e os tecnólogos ficam sem trabalho e os engenheiros, entre 30 e 40 mil - como é dado pacífico e aceito - estão desempregado no país.

Para quê? Para que os operários franceses, ingleses, alemães e japoneses trabalhem.Que os tecnologos desses países trabalhem.E, ingenuamente, de quando em quando, ouve-se dizer que é para nós termos, no lugar certo, na hora certa, aquilo que nós só poderíamos ter — se fosse por nós — na hora incerta, como ocorre em Carajás.

Eu quero que os senhores saibam que tecnologia eletrônica não é par de sapato, nem equipamento de cozinha, que podem existir em prateleiras! O equipamento profissional é altamente elaborado, sujeito às regras, ao sistema de metrologia e normalização que todos os países têm e que, no equipamento profissional, é sempre de alto nível. Os rádios que os moços da Fábrica de Comunicações do Exército fabricaram são rádios comparáveis aos dos melhores Exércitos do mundo: do Exército Inglês, do Americano, do Francês, sujeitos à norma "new" americana, adotada pela fábrica.

Omissão da Telebrás. Ora, meus senhores, o único país em que o capitalismo internacional não tem risco é o Brasil. Qual o risco dessas centrais temporais que já estão desenvolvidas, depois de se gastar alguns milhões de cruzeiros no Centro Tecnológico de Campinas e que agora, num passe de mágica parece, está havendo a nacionalização das multinacionais de comunicações, importadas do estrangeiro. Qual o risco? Se tudo que é "não sei o quê" tem emprego no Brasil e quando é preciso importar, nós, povo brasileiros, é que vamos permitir a exportação, através da fome e da miséria.

Antes do esplendor das comunicações, na época do "Milagre", o Brasil pagou um milhão de dólares à Ericson, Siemens, Merk, Phillips e fechou a tecnologia então existente. Quando isso ocorreu, as centrais que aqui haviam eram as centrais chamadas "passo a passo", as centrais mecânicas, que funcionam, e podem funcionar muito bem, em países em que as instalações de suas matérias-primas são muito bem justificadas, como a Suíça e a Suécia, que tem cinco e seis milhões de habitantes.

A Ericsson e a Siemens impuseram centrais eletromecânicas, que se espalham por todo o país. Depois destas centrais, é evidente que nas grandes cidades, e o caso típico é o Rio de Janeiro, as centrais elétromagnéticas entram em pânico e se os senhores entrarem dentro de uma delas, ouvirão um ruído único, onde ninguém fala com ninguém. Então, o lance seguinte chama-se Centrais deProgramação Armazenada: um computador ao lado da central faz o escoamento, segundo o programa e, em vez delas enlouquecerem, há uma saída mínima e ordenada. A evolução seguinte é a da Centrais Temporais — que foi uma grande conquista do pessoal da Telebrás, defendendo o interesse nacional.

"Não há saída possível dentro do atual modelo"

Só cabe uma pergunta: por que a Telebrás não fala essas coisas? Como eu falo aqui, com a maior franqueza e sinceridade e sem contestação, quando ela é a grande prejudicada? Mas, o que seria feito agora: essas mesmas matrizes nacionalizadas imporiam ao Brasil, um no Rio, outra em São Paulo, outra em Belo Horizonte e outra em Porto Alegre, um tipo de central temporal destas, quando a Telebrás, não somente esta desenvolvendo este tipo de central — o Centro de Comunicações de Campinas, da Telebrás, está desenvolvendo a comunicação por ondas, que é uma coisa de alta invenção e que edita eletricidade em cidades de até 10 mil, 15 mil habitantes — mas também está desenvolvendo o laser.

Então, está marcando altas vitórias tecnológicas. E daqui a pouco, a mass-média vai dizer que nós não podemos esperar os mais dois, três ou quatro anos em que essa tecnologia seria posta a disposição do Brasil. E podem sair com outra brincadeira, a brincadeira do satélite.

Um satélite só fica em órbita sete anos e custa — conforme ou estudei esse problema há seis anos atrás — entre 150 e 300 milhões de dólares. Então, eu sou a favor do satélite desenvolvido no Brasil, no seu segmento terrestre, e lançado em Natal ou então no Maranhão, onde há condições, pois próximo ao Equador. Dessa maneira se cria uma tecnologia nacional.

Nós não podemos, de forma nenhuma, transformar o Brasil nas dificuldades crescentes, que nós estamos assistindo, nos nossos vizinhos do sul, onde ocorre a extinção do empresariado nacional.

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.82023237.m001, p. 34

Por que entregar Carajás. Por que entregar Carajás, quando existe essa poderosíssima Companhia Vale do Rio Doce? Uma das grandes mundiais, que poderia muito bem, numa "Valebrás", elaborar todos esses minérios, pelo menos num fase inicial. E por que entregar esses minérios? Já foi um crime, na década de 50, pela nossa culpa, entregar o manganês do Amapá. Crime maior e desnecessário, na década de 60, entregar à Hanna - e nós mineiros carregamos essa vergonha — as jazidas de Águas Claras, com o nome de MBR (Mineração Brasileira Reunidas), para tão somente 2 mil e 500 pessoas, e mais ainda: pegar a estrada de ferro cativa dos para essas regiões, e transformá-la numa estrada de ferro cativa dos interesses internacionais, subsidiando os transportes. Como querem que a Rede Ferroviária Federal dê lucros quando, por exemplo, para pagar a minha viagem de ônibus do Rio à Barbacena, onde fui ver meus filhos, gastei 475 cruzeiros, e, para transportar uma tonelada de minério para o Porto de Sepetiba, em 620 km, cobra-se à MBR, 800 e poucos cruzeiros. Ou seja: cobra-se 400, porque as guândulas voltam vazias, puxadas por quatro máquinas a óleo diesel.

Então, essa experiência tristíssima de Minas tem que ser considerada pelos maranhenses e pelos paraenses. Como é que, voltando as costas ao povo brasileiro, ao povo do Maranhão, ao povo do Pará, se tomam as decisões críticas mais graves. Como é que uma mineração, que poderia toda ela ser feita a céu aberto, emprega tão pouca gente, como é o caso de MBR e como é que se entrega isso às grandes multinacionais.

A entrega do quartzo. Há sete anos atrás, então Diretor de Comunicações do Exército, fui alertado pelo Dr. Bautista Vidal, sobre a venda, a preço vil, do silício de Minas Gerais, o nosso quartzo de minério. Conseguimos que o silício, que saía do Brasil a 60 cents de dólar o quilo, passasse a sair numa pauta alfandegária de primeira qualidade; segunda e resto, por seis dólares, três a quatro dólares e um dólar e meio.

"Devemos controlar as multinacionais conforme o interesse nacional"

Passam-se os anos e nos últimos tempos da minha estada no Exército ativo, sou alertado que por uma solicitação da CACEX, aquela vitória conseguida em 74 seria revogada, voltando-se ao comércio livre do quartzo. Quero dizer que surpredentemente para mim, como antigo Diretor de Comunicações do Exército, recebi em meu gabinete a visita dos americanos, que eram os donos das minas e me disseram que iam parar. Eu lhes disse que poderiam parar na hora em que quisessem. O que eles tinham que estudar era: se era melhor aproveitar as areias do Arizona, ou comprar o silício um pouco mais caro em Moçambique e na República Malgache.

Evidentemente não houve nada disso e começaram a fazer o estoque estratégico do quartzo brasileiro. Mas, no apagar das luzes, no Exército ativo, a CACEX acabou com tudo isso e voltou a exportação livre do silício. E quando eu reclamei, com grande surpresa para mim, a explicação que me foi dada é que era preciso o Brasil vencer a concorrência de Moçambique, Malgache e Angola.

Aí eu retruquei: mas é justamente o contrário, o que tem que se fazer é, por ação diplomática, juntar Angola, Malgache e Moçambique ao Brasil, impondo a elevação dos preços, porque a consciência desses povos, recém libertos do colonialismo, é muito mais nítida do que a nossa, que fomos conduzidos à esse neo-colonialismo nefasto, sobretudo pela aceitação pacífica da elite dirigente e por pressão imensa dos meios de comunicação social. A prova disso é que essas palavras, já ditas por debatedores de renome, não aparecem nos meios de comunicação, oral ou escrito, a não ser no órgão oficial do Congresso!

Mas, analisando a questão internacional, agravada com a crise do petróleo, vemos a consciência que as nações ricas tem de que o petróleo é uma riqueza em extinção, que a grande saída está a mão das nações pobres, todas elas tropicais. Saída dupla: no primeiro estágio, que é o da biomassa e saída no segundo estágio, que será talvez a solução da crise energética do mundo, que é o aproveitamento direto da energia solar, através das células solares, que tem por base o nosso quartzo brasileiro, o mais puro do mundo. Então, essas nações precisam de um tempo para reciclarem as suas economias às novas condições do mundo. E é ponto de vista meu que essa reciclagem será feita sobretudo em torno do carvão, mas, é evidente que para manutenção do padrão de vida dos seus povos, vão criar todas as dificuldades, vão abrir todos os fossos para que as nações pobres, subdesenvolvidas, não encontrem os caminhos que estão muito próximos à sua disposição.

Projeto Jari. Ora, meus senhores, diariamente são escritas colunas e mais colunas nos jornais sobre um milionário americano, benemérito, que acreditou no Brasil e aqui investiu, na boca do Amazonas, um bilhão de dólares. O projeto Jari seria, ao meu ver, um empreendimento capitalista fracassado. Então, nós não temos que chorar sobre o leite derramado. Não se justifica de forma nenhuma que testas-de-ferro venham com o dinheiro arrecadado no Brasil, salvar um empreendimento capitalista. E tudo seria facilmente feito, porque este é o fundo principal do problema: a titulação da terra não está feita. Então, o que se ouve por aí, diariamente na imprensa: "não; precisamos titular as terras..." Querem é entregar o Brasil! A titulação da terra só está feita na sua décima parte, então, é só não titular a terra e acabou o Projeto Jari. Estará reduzido à sua expressão mais simples!

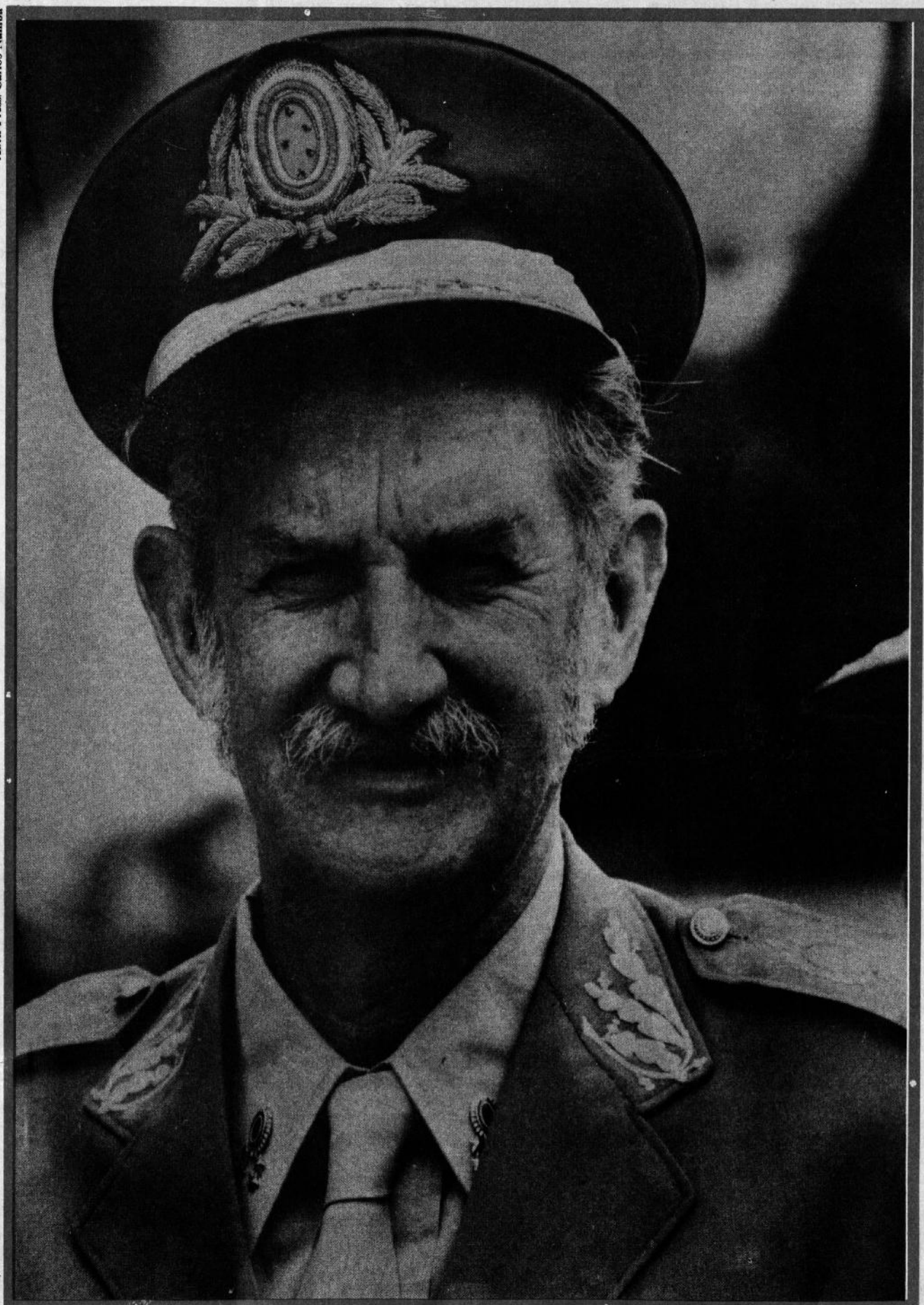
E no Projeto Jari, além do problema da terra, existe um outro: não se justifica lá a ausência da autoridade brasileira! E quando digo autoridade, digo o Delegado de Polícia, o Juiz de Paz, a Companhia do Exército, da Aeronáutica, a Alfândega com o contigente da Marinha. Esse é evidente o mínimo que poderíamos desejar concorrer para o sucesso do senhor Ludwig, mas nunca aceitar como matéria de fato que ele investiu um milhão. Porque não se diz o quanto ele tirou de lá? Porque também o senhor Ludwig escolheu — sem ouvir os técnicos em botânica — uma espécie que não deu certo lá?

Muito mais grave são os problemas que estão embutidos, sem que a sociedade seja esclarecida. É o problema da transferência das jazidas de bauxita, que teria sido feita a troco de dois milhões e meio de dólares à Alcoa, sem consulta ao governo brasileiro. Nós sabemos que as jazidas são de 200, ou 700, ou 900 milhões. Tudo dado de presente, quando a legislação brasileira é clara. Caberia apenas um ato administrativo do Departamento Nacional de Produção Mineral, uma vez que o Jari, que a própria Alcoa, estavam inadimplentes, cassando-lhes as concessões.

Como é que infantilmente se entrega essa jazida mineral de bauxita — um dos mais estratégicos minerais do mundo — a Alcoa já detém um terço do domínio do alumínio do mundo! E pensar que somente através da bauxita nós dominaremos as multinacionais. Como é que a mesma Companhia Vale do Rio Doce entrega, sem ouvir ninguém, imensas jazidas? Então, é claro que qualquer governo patriota e nacionalista vai cassar essas concessões.

Empresariado nacional. Ao empresariado nacional tenho me dirigido com maior ênfase em todos esses pronunciamentos, desde aquele em que era simples Diretor de Comunicações do Exército, conseguindo, mesmo em São José dos Campos, criar um consórcio de 19 empresas de comunicações e eletrônica nacionais. Penalizava-me muito sentir a alienação de uma tecnologia existente e que somente no esplendor das civilizações, entre 70 e 73, quando um bilhão de dólares eram dados às multinacionais, serem fechadas. Sim, 40 empresas brasileiras, todas elas com alta tecnologia embutida, todas elas viáveis. Então, não somente no seio do Exército, mas também

BR DFANBSB V8.GNC.AAA. 82023237 2m001 /p. 35



Abril Press/Carlos Namba

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.8202323Za.001.p.36

de público, mostrei aos empresários nacionais que eles tinham que procurar conquistar fatias desse mercado tão promissor

Depois, mais ou menos cético em relação ao instinto de conservação do grande empresário brasileiro.passei a lhes dizer verdades mais francas e claras. Mostrei que um "schollar" americano, Peter Evans, através de livros traduzidos pela Zahar,fez um estudo fundamentado sobre a triplice aliança: das multinacionais, do capital estatal e do capital privado (modelo amerciano), reservado sobretudo ao Brasil, ao México e agora na África Negra e Nigéria. Um estudo de 400 páginas que não foi encomendado por nós, brasileiros, mas foi feito para alertar o empresariado americano diante dos riscos que poderiam ocorrer naquele modelo. Estudo que é aberto e fechado com fato ocorrido em Brasília. Esse consciencioso "schollar" americano tinha passado no Brasil largos períodos, em 73, 74 e 76, quando houve uma mudança aqui no governo, um novo secretário de Transporte passou o preço dos ônibus de três para oito cruzeiros. No terceiro dia dos novos preços queimaram, em Taguatinga, 35 ônibus. É com a citação deste fato que o economista americano começa e fecha o livro, para dizer que 80% da população desses países não tem nenhuma forma de incorporação a esse modelo e, acrescentar ainda, que os empresários nacionais, também não tem nenhuma vez nesse modelo. O modelo não comporta a assimilação desses empresários.

Estamos diante de uma crise. Uma crise mundial. Uma crise brasileira, em conseqüência de erros de direção política. Porque não faltam as alternativas. Mas, estamos também — e essa deveria ser a preocupação que estimulasse o instinto de conservação do grande empresariado brasileiro — diante da última oportunidade do regime capitalista no Brasil!

"Um governo patriota cassaria as concessões da Alcoa e do Jari"

Da mesma forma que os economistas tem dificuldades de entender o problema da tecnologia, também o empresariado as tem. Dizem que "quanto à tecnologia não há problemas..." Mas não, não é assim. Os interesses internacionais poderosos das multinacionais, obedientes à essa orientação geral da Trilateral, visam impedir a baixa do padrão de vida das nações ricas — e tantas vezes se vê aqui no Brasil pessoas bem intencionadas querendo criar um seguro-desemprego. Mas nós já criamos o seguro-desemprego. E estamos sustentando os 18 ou 20 milhões de desempregados das nações ricas. Quem os senhores pensam que sustenta esses desempregados? Somos nós. É o minério de ferro, exportado entre 13 e 20 dólares. É o manganês, que está em extinção no mundo, constituído em reserva estratégica dessas nações. Por quê? São esses brasileiros, que não posso chamar de impatriotas por que não posso admitir que haja brasileiro impatriota. Mas, conduzidos pela mass média, querem, no grande Carajás, em plena década de 80, estabelecer um único corredor de exportação de minério não renovável.dado de presente,de graça,para as grandes multinacionais.

Ventrílocos das multinacionais. São esses mesmos brasileiros, ventrílocos dos interesses internacionais, que querem construir uma inútil estrada de ferro, de 900km, pensando que com elas vão fertilizar os campos do Maranhão até o Porto de Itaqui, quando já existe uma calha natural.

O exemplo de Minas deveria ser suficiente para mostrar que a hidrovia é o transporte mais barato que existe — aquele que se situa como Peso I, quando às ferrovias se dá peso IV ou V e antes da crise do petróleo se daria ao transporte rodoviário peso VIII ou IX, hoje deve estar entre X — é a estrada natural e principalmente aquela, que vai vivificar um dos grandes rios do Brasil: o Tocantins. Contudo, é absolutamente desprezada.

Para que essa nova estrada, quando a Vale do Rio Doce ainda está com 50% de sua capacidade ociosa; quando a Central do Brasil, antes da Ferrovia do Aço, está com 30% de capacidade ociosa? Por quê? Será que os senhores supõem que os japoneses compram os nossos minérios pelos belos olhos do Brasil, quando têm a meio caminho pelo mesmo preço o minério da Austrália? E quando esses mesmos brasileiros desavisados dizem a nós que os japoneses não podem ficar sujeitos a um único fornecedor — é essa a explicação deles — quando todos sabem que depois da II Guerra, a imigração e a natalidade foi incentivada na Austrália exclusivamente por medo dos japoneses?

Quanto às multinacionais, as nossas fábricas de automóveis são um exemplo da inviabilidade do modelo. Como vieram elas para o Brasil? Nada tenho contra as multinacionais, a única coisa que eu desejo é que o Brasil estabeleça regras conformando-as ao interesse nacional brasileiro. É comum se dizer que elas trazem capital, tecnologia e gerência. Mas como veio esse capital? Veio através da instrução 113, da SUMOC, que permite a montagem aqui das matrizes velhas que estavam lá nas fábricas européias. E a massa do capital foi gerada por nós brasileiros. Esse chamado capital das mltinacionais é uma falácia. Esse capital é o nosso.

É por isso que não compreendo a atitude do empresário brasileiro, que é o único do mundo que quer estabelecer capitalismo sem acumulação de capital na mão dos brasileiros. Como é que pode haver capitalismo nestas condições se 100% da indústria automobilística é estrangeira, se 100% da indústria farmacêutica também o é, se a indústria de autopeças já está desnacionalizada em 70%, se a indústria e vestuário, de limpeza, até a indústria madeireira já estão com mais de 50% de seu faturamento nas mãos de estrangeiros. Que espécie de capitalismo é esse? Ignoram eles que essa acumulação de capital pertence aos países de origem, ao Produto Interno desses países e que, para a sorte do nosso Brasil, diga-se de passagem, nos últimos anos houve uma diversificação de senhores.

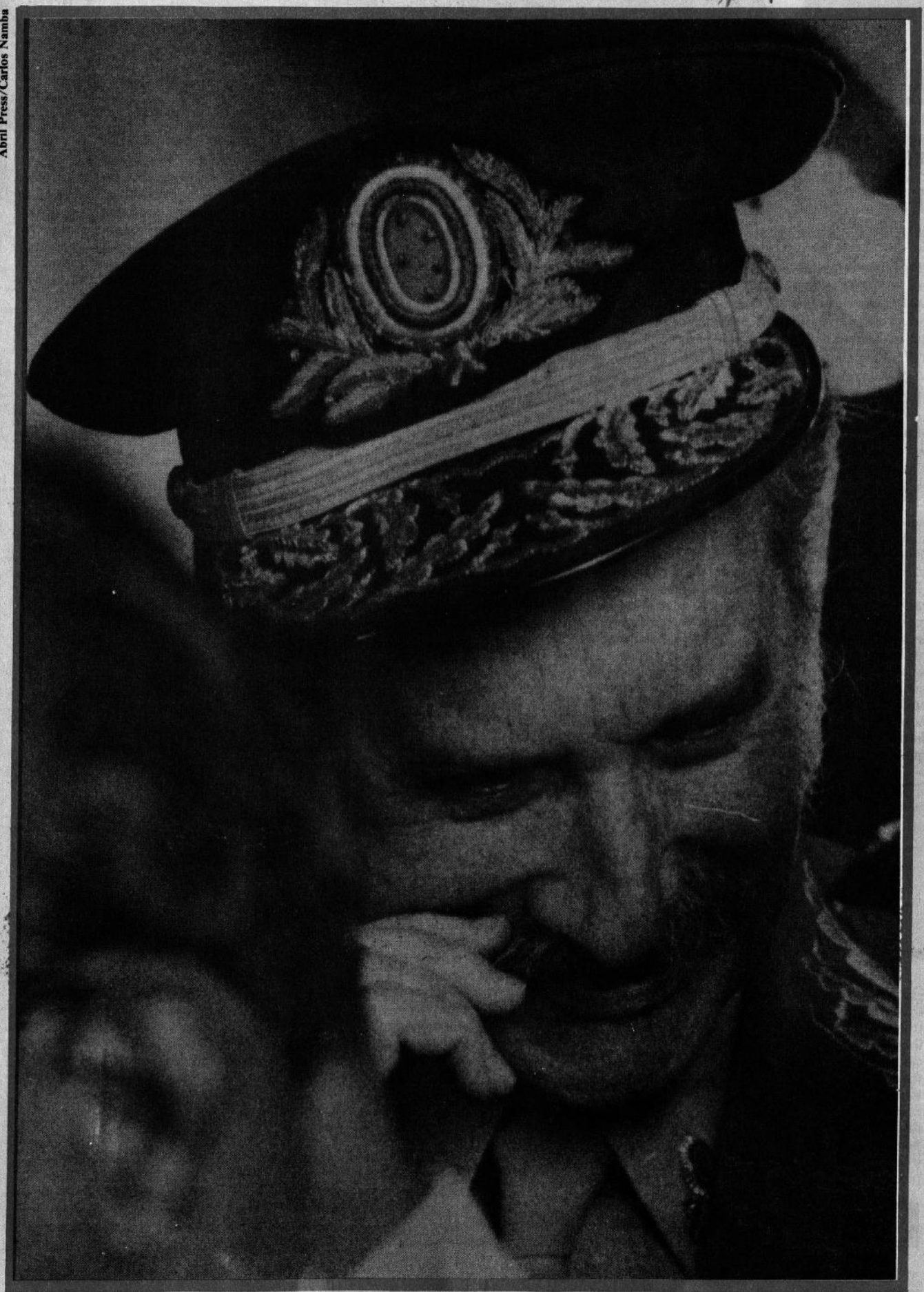
Por obra e graça, não estamos mais exclusivamente na mão de um senhor. Os capitais estão diversificados entre América, Japão, Suiça, Alemanha, França, Inglaterra. E, é preciso que os senhores repitam comigo: qualquer governo nacionalista e patriota cassará quaisquer concessões que sejam feitas contra o interesse nacional!

Então é preciso que não se aceite o que esses alienados do interesse brasileiro querem fazer, como a entrega de Carajás. Um planejamento longo, para 10 anos, envolvendo 30 ou 40 bilhões de dólares pode ser apenas o pano de fundo para disfaçar o pequeno Carajás, que começou com um investimento de um bilhão e meio de dólares e hoje, pacificamente, está transformado em quatro bilhões e que seria apenas um novo corredor de exportação para a Companhia Vale do Rio Doce entregar ao mundo, sobre tudo América e Europa Ocidental, num caminho mais curto, a nossa preciosa hematita de Carajás.

E o que dizer do investimento feito na empresa de Tucuruí, que é apresentado como essa dádiva de infraestrutura dada às multinacionais, a preço de energia altamente subvencionada, particularmente quanto à transformação da bauxita em alumínio, como um presente do nosso esforço aos interesses estrangeiros. É por isso que o relatório do senador Church, do Senado Americano, citando a desnacionalização de uma centena de indústria brasileiras pelas multinacionais americanas, sobretudo nos setores de eletrônica e farmacêutica, diz claramente — e isso está em um dos relatórios do Diretor de Comunicações do Exército — que o brasileiro é o povo mais generoso do mundo para com o capital estrangeiro.

Quero alertar que a nossa, lei de capitais estrangeiros, não está sendo cumprida e que ela é um instrumento absolutamente insuficiente para regular esse capital. Mas pelo menos se exija que os seus arti-

BR DFANBSB V8.GNC.AAA. 8202323 2nC01, p. 37



Abril Press/Carlos Namba

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.8202323+an001,p.38

gos 21, 22, 55 e 56 sejam cumpridos. Os dois primeiros dizem que nos balanços anuais das empresas tem que haver a quantidade de capital estrangeiro registrado, em cada uma delas. E os artigos 55 e 56, versa sobre o dever do poder público, que periodicamente deve fazer e apresentar o censo dos capitais externos.

E quanto ao reinvestimento, de vez em quando, os mesmos ventrílocos das multinacionais dizem que elas estão reinvestindo no Brasil: em vez de retirarem o que podem, retiram so a metade. Mas, por que elas estão fazendo isso? Porque verificaram que num prazo acima de seis ou sete anos, o reinvestimento incha o capital e vai permitir uma remessa muito maior de lucros. Então quando houve o problema das montadoras de automóveis, era evidente que a posição de força era do governo brasileiro, pois a quantidade de capital que entrava no Brasil era mínima: até 70, um bilhão e meio de dólares, até 74, 75, quatro bilhões de dólares. Então essas empresas aquivieram usando máquinas velhas como dólar, com todas as vantagens que os brasileiros lhes deram para instalação: terrenos, suspensão dos insumos de importação.

Então, é claro que as multinacionais precisam de um organismo brasileiro, não como o Banco Central que só cuida dos aspectos contábeis. É preciso fazer o que o Canadá fez. Muito mais colonizado pelos Estados Unidos do que nós e criou um organismo de controle das multinacionais americanas.

Os senhores tem o direito de pedir ao Banco Central, de exigir saber, qual a remessa de lucros das multinacionais para as matrizes. Exijam e vão ter surpresas. Então, devemos exigir que parte do lucros delas seja empregado em pesquisa no Brasil. E nós, através do similar nacional e da reserva de mercado, devemos proteger as empresas brasileiras, porque a capacidade das multinacionais de girar e de incorporar a si o nosso dinheiro brasileiro, de todas as formas, é infinita, é muito maior do que qualquer implemento de capital direto que elas façam. Esse dinheiro, ao meu ver, visa desapossar das mãos brasileiras todas as indústrias que sejam viáveis. Então, é evidente que nesta lista de privatização que anda por aí, é crime contra o Brasil permitir que as multinacionais concorram, porque elas só vão escolher ali as empresas que possam ameaçar o seu monopólio! É evidente que há necessidade de um controle das empresas multinacionais e da sua conformidade ao interesse nacional brasileiro. Isso é uma premissa clara, que nós não podemos esquecer de forma nenhuma.

"Não podemos nos sujeitar às imposições dos Bancos americanos"

O capitalismo selvagem atua de muitas formas. Seja na recepção gratuita dessas imensas potencialidades minerais — dos minerais estratégicos que o mundo anseia — seja nesses empréstimos nefastos, a troco de deterioração de relações de troca, em que o manufaturado é imposto para dar trabalho e sustentar o padrão de vida das nações ricas e em que as exportações brasileiras são aviltadas. Tudo isso é matéria de fato e está ao alcance dos senhores, num novo estatuto das multinacionais. Não pensem que elas não se submeteriam a tudo, ao estatuto de um órgão que controlasse sua ação, sobretudo no aspecto da tecnologia. Quanta inovação absolutamente necessária não é feita por elas, enganando os tupiniquins e feita a inovação, elas entram com o capital, que é o capital da matriz, alocado à filial. E nós é que vamos pagar isso!

Dívida externa. Há uma série de alternativas para a dívida externa. Desde aquela: "não pagamos, isso já está excessivamente pago, inúmeras vezes pago", ou a moratória, a renegociação, como quiserem. Alternativas não faltam. Não como nos anos 30, quando esses ilustres economistas renegociaram a dívida, na única vez que um cruzeiro podia comprar vários dólares. Uma missão foi aos Estados Unidos, durante a guerra, e teve essa invenção genial em benefício dos americanos: fixou o dólar em 18 cruzeiros!

Os senhores sabem que a inovação na indústria automobilística é das menores que existem e que foi o Brasil, que, graciosamente, deu a elas a adaptação de automóveis à gasolina para o álcool, resultado dos trabalhos desenvolvidos pelo CTA em conjunto com outros centros. Mas enquanto que elas exijem que nós façamos essas transformações, nós pagamos royalties pelas inovações.

Mas veio a crise — e nós todos sabíamos que ia haver, porque o país tinha entrado em recessão — e ninguém mais tinha dinheiro para comprar automóvel. O que aconteceu? A economia de mercado não funcionou. E o que elas fizeram? Impuseram ao governo a exportação a qualquer preço, abaixo dos preços de produção. O Volks, o automóvel mais barato, está sendo comprado por nós por cinco mil dólares, 2.500 são impostos. E está sendo vendido por quanto? Toda hora nós estamos vendo, as matrizes pegaram pequenas fatias do mercado e deram às filiais brasileiras, mas foram exportando abaixo do preço de produção e levando na mala do carro uma quantidade de dólares tomada a banqueiros internacionais por uma taxa de juros que a economia mundial desconhece.

Enquanto a dívida brasileira em 1968 era 40% dos bancos oficiais e inclusive do Banco Mundial, hoje, talvez 90% dela esteja nas mãos de banqueiros internacionais e apenas 10% com a diferença dos juros e prazos que os organismos oficiais conseguem: juros de 4,6%, 7% e prazos mais longos, enquanto os banqueiros internacionais dão prazos cada vez mais curtos e taxas de juro da ordem de 20%. Então, isso faz com que todo mundo fique horrorizado em saber que aumentando de 20 para 21, isso acrescenta à dívida externa brasileira meio bilhão de dólares, em um ano.

É claro, então, que aí há um mecanismo de progressão geométrica. E para que nós nos sujeitamos a isso? Nós nos sujeitamos a isso apenas para resolver os problemas da inflação americana. Qual a nossa obrigação moral em relação aos Estados Unidos para aceitarmos uma sujeição dessas, quando os senhores vêm toda a Europa gritar contra a política adotada pelo presidente Reagan? Qual seria a saída? É evidente que é a saída que já nos foi dada pela Alemanha, pela Rússia, pela China e, menos traumaticamente, pela Turquia e pela Polônia. E, fazendo aquilo que a Inglaterra e a França fizeram depois da I Guerra. Mas o exemplo alemão é justamente aquele mais simpático, porque permite resolver o problema brasileiro: o mago das finanças alemãs deixou de pagar as reparações e criou dois *marcos*. Um para as relações de troca internacionais, outro para assegurar emprego para a força de trabalho alemã, jogada na maior inflação registrada na história, ocorrida após a Guerra Mundial, quando os aliados escorcharam a Alemanha. E foi isso que levou à criação da República de Weimar e à quinta erssência da democracia no mundo. Mas democracia sem matar a fome da população não pode caminhar. Então diziam que as donas de casa levavam o carrinho cheio de marcos para trocar pela feira da semana. Os alemães botaram a máquina de fazer marcos para funcionar em seu proveito. Assegurou trabalho para todos e, com o outro *marco*, chamado compensado, ao invés de buscar empréstimos externos — que tinham embutido uma grande tecnologia por um alto preço com aquilo que a Alemanha produzia — fez relações de troca com os países subdesenvolvidos da época, entre os quais o Brasil e com os demais países mais próximos da Europa bulcânica. E com isso criou os capitais que desencadearam a II Guerra.

Então vejam que um país continente como o nosso, com engenheiros como Bernardo Sayão. Um país que é a 8ª economia do mundo, que, com todos os erros do modelo, conseguiu criar uma indústria capaz de produzir máquinas capaz de produzirem outras máquinas, não pode se submeter a esta situação.

Controle da natalidade. Há algo de nefasto e terrível, para o qual eu não teria solução, senão a que o governo brasileiro dissesse um basta! É a ação planejada e desenvolvida em 24 países da América Ibérica, à qual nós temos a honra e a grande glória de pertencer, pela qual, num planejamento que vai a 1990, seriam instalados no país 700 clínicas, determinando naquele limite, a esterilização de

BR DFANBSB V8.GNC.AAA. 82023237 2m001, p. 39

Abril Press/Carlos Namba

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.8202323?a001,p.40

15 milhões de mulheres brasileiras, baixando a taxa de natalidade a 1%. Quero explicar que essa taxa é da Europa Ocidental, na Itália, Alemanha, França, onde está mais ou menos nascendo a mesma quantidade de crianças correspondente aos 10 que morrem, ou seja, um envelhecimento rápido e terrível da população.

Alguns padres, meus vizinhos, que vão à Alemanha, dizem que ficam horrorizados em não ver crianças. Os povos da Europa, talvez debaixo do fantasma da III Guerra Mundial, preferem criar cachorros a criar crianças!

Então, mais irreversível seria com relação ao Brasil a concretização dessa política nefasta, anti-patrióta, miserável, subsidiada pelas Fundações Ford e Rockfeller. Porque é irreversível o mal que nós faríamos ao Brasil, uma nação pujante e jovem, é evidente que seria sacrificada toda a sua juventude.

Crime maior é defender essa política dizendo que é uma maldade permitir que os pobres tenham filhos. Quer dizer, a única riqueza que Deus concedeu aos pobres, que é a filiação, nós, para aumentar a renda per capita, estaríamos privando-lhes. Quando, num país como o Brasil, a menos que seja por incompetência, não seria possível, de forma alguma, que ninguém passasse fome e tivesse necessidade material.

Guerra Nuclear. O atual presidente dos Estados Unidos diz para o mundo que é possível uma guerra atômica e que essa guerra seria uma guerra limitada e teria como campo a Europa. Ora, fui adido militar na França por dois anos, graças ao Exército, a quem tanto devo e em cujo seio nasci filho de um soldado.

Senti que o maior pavor e a maior desconfiança que viceja no seio da Aliança Atlântica era o permanente medo de que a Europa - essa grande planície - fosse pela terceira vez destruída no curso de uma mesma geração.

Essa declaração do presidente Reagan deve ser uma ajuda imensa aos movimentos pacifistas que ocorrem na Europa hoje, dando aos europeus o consolo deles saberem que mais uma vez a Europa será destruída.

Situação do Exército. Não quero falar em nome do Exército, de modo nenhum, mas essa questão eu tenho exaustivamente respondido por todo o Brasil. O que seria do Brasil se os seus militares, aqueles que tem a vocação da honra, do dever e do sacrifício, não fossem nacionalistas. Não haveria Brasil. Então, eu quero que os senhores tenham toda a tranquilidade, como deputados, em sentir que o Exército brasileiro não é - diretamente de muitos outros países - uma pasta alienada do povo. O Exército brasileiro jamais se desvincula dos interesses e das aspirações do povo brasileiro - essa é uma premissa tranquila. Mas, particularmente no Exército, nós nos rejuvenecemos todos os anos, porque de 80 a 90% do Exército se renova anualmente. É a mocidade brasileira, ninguém tem mais contacto e por isso ninguém pode ter mais confiança no povo brasileiro do que aqueles que anualmente renovam seu contacto com a mocidade brasileira.

Não tenham dúvidas: o Exército tem plena consciência da gravidade da situação que nós enfrentamos e sabe que a maior desgraça que pode ocorrer no Brasil é a guerra civil. O Exército sabe que os golpes que muitas vezes salvam o país nessa sofrida evolução histórica só ocorrem quando a situação social não esteja determinada da forma como está, quando a inflação atinje os 100%. Então, a minha confiança no Exército é a mesma dos senhores, é absoluta.

Divergência com o modelo. A minha divergência é pública, exclusivamente contra os fatos. Não tive, jamais terei, a vocação de avestruz! Uma divergência em relação à condução dos negócios nacionais - eu a fiz como Diretor Geral do Pessoal do Exército, dentro do Exército e por um imperativo da minha consciência: devotei-me, então, à uma missão de conscientizar a elite dirigente e o povo brasileiro, mostrando que há uma saída para as nossas dificuldades, desde que a vontade nacional seja mobilizada em torno de um pacto social não excludente e mais justo.

Quando se fala para o Brasil exportar, verifiquem que em 1964 o Brasil exportava 1% e hoje continua exportando 1% do comércio mundial - como é possível que, com o mundo e o comércio internacional em crise, o Brasil seja competitivo com países com estrutura altamente sofisticada desde a Revolução Industrial, que construíram trustes e cartéis, sobrevivem às próprias guerras entre seus membros, como na I e II Guerra?

O Brasil é viável. A única grande preocupação que eu tenho é em relação ao destino do Brasil. Eu juro que o Brasil é um país absolutamente viável!

Quando os senhores transmitirem essa mensagem ao povo brasileiro, nessa campanha eleitoral que se aproxima, vão sentir a "vontade nacional".

Em "vontade nacional", um geopolítico americano chamado Drives colocou o Brasil, a primeira vez, em quinto lugar e depois em terceiro lugar. Então, se há povo que mobilizado tem capacidade para entender essas coisas claras e evidentes, é o povo brasileiro. E quem o reconhece? É um geopolítico americano.

Então, o governo brasileiro, continuando nessa mesma política de concentrar a sua economia em torno do petróleo, de exportar abaixo dos preços de produção e de impedir permanentemente a criação de uma tecnologia nacional — por decisões que só estão ligadas ao balanço de pagamentos — evidentemente tem que dizer que todo o mundo está em crise e que não há outra receita senão essa. Mas quero dizer que países que contestaram uma ordem internacional injusta, todos foram vitoriosos. Exemplo claro, nos tempos modernos, a Rússia, a China, a Alemanha (depois da I Guerra), o Japão e a França.

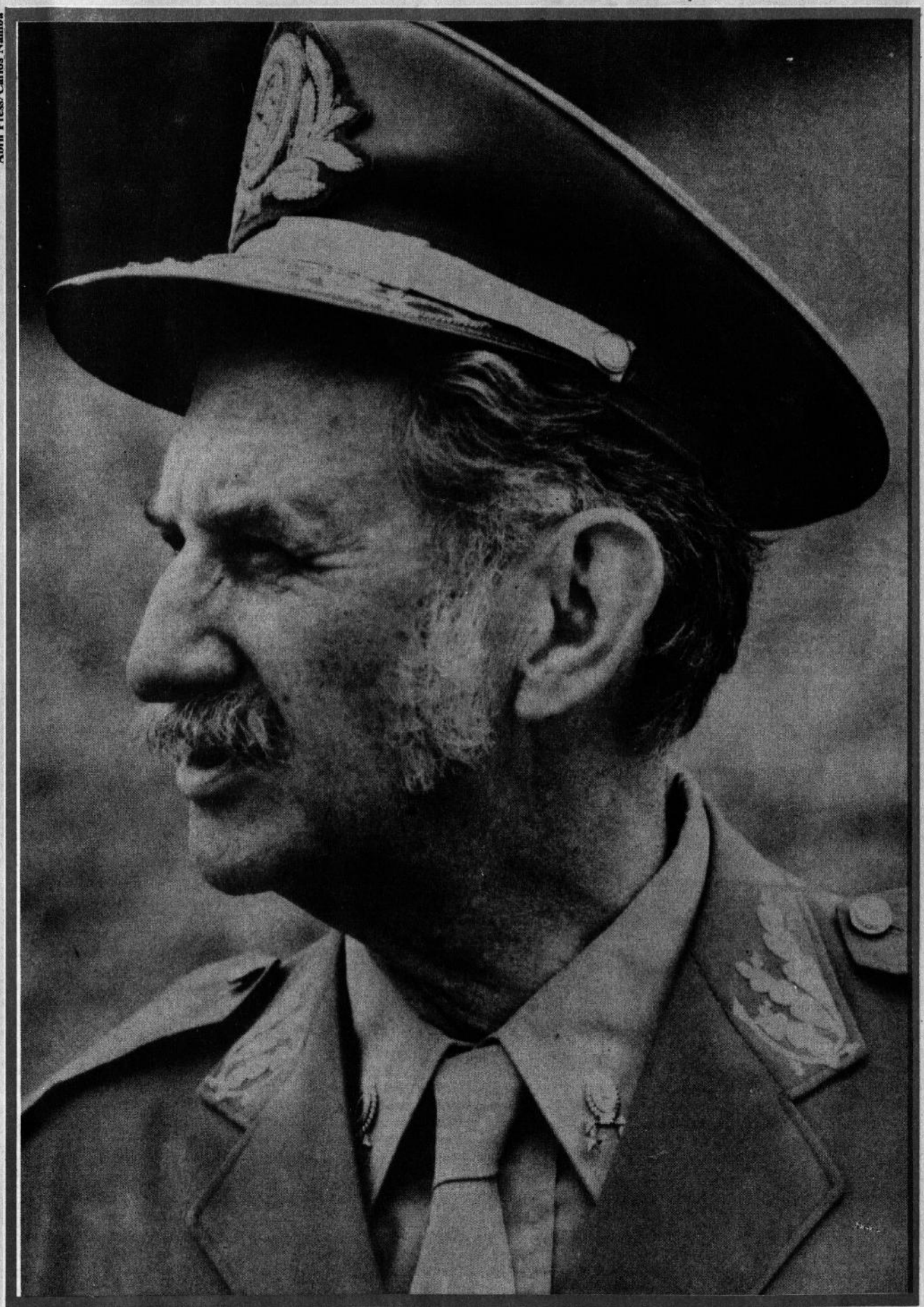
"As soluções virão quando a elite dirigente for varrida do poder"

Diga-se a França por que ela fez o que se chama a reinvenção da roda. Depois da II Guerra, os povos saxônicos, querendo manter o monopólio da energia nuclear, foram contestados pela França. ela reinventou, graças à massa crítica de cérebros que tinha, todo o programa nuclear, sem o auxílio desses países. Particularmente, depois do general De Gaule, a França contestou o sistema financeiro internacional, mostrou que os americanos, com dólares inflacionados, estavam comprando toda a economia empresarial européia e só passou a admitir a compra mediante o dólar-ouro. Até na época parecia engraçado: o Forte Knox começou a soltar ouro para a França.

O Brasil tem todas as alternativas á sua disposição. Então, qual será a saída? Estudar uma das alternativas para a dívida externa, de modo a fabricar no país tudo aquilo que possa ser fabricado, transformando a recessão, desemprego e fome em trabalho. Reconverter a economia, evitando essa dependência absurda do petróleo. Deixando de exportar a qualquer preço, sem estas balelas que de vez em quando são publicadas por estes representantes das multinacionais, que nós estamos exportando manufaturados, soja, arroz beneficiado, café. Eu não quero que os senhores tenham a ilusão que numa selva selvagem como é o comércio internacional do mundo, em recessão, que nós só possamos competir com as matrizes exportando abaixo do preço e tomando empréstimos para financiarmos os exportadores.

Então, nós acharemos solução para todos esses erros na hora em que essa elite dirigente for varrida do poder!

BR DFANBSB V8.GNC.AAA.8202323a001,p.41



Abril Press/Carlos Namba